

VERSÃO INICIAL

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISO N.º CENTRO-06-2021-16 (PI 4.5)

(12/02/2021)

DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS:

4.5 (4e) “PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE BAIXO TEOR DE CARBONO PARA TODOS OS TIPOS DE TERRITÓRIOS, NOMEADAMENTE AS ZONAS URBANAS, INCLUINDO A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA MULTIMODAL SUSTENTÁVEL E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO RELEVANTES PARA A ATENUAÇÃO”

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	3
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura.....	4
3. Entidades beneficiárias	4
4. Área geográfica de aplicação	4
5. Condições específicas de acesso deste aviso	4
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas.....	5
7. Critérios de seleção das candidaturas	5
8. Limite ao número de candidaturas.....	6
9. Taxas de financiamento	6
10. Forma dos apoios	6
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	6
12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	7
13. Aceitação da decisão.....	7
14. Prazo de Execução das Operações	7
15. Dotação indicativa do fundo a conceder	7
16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado a alcançar	7
17. Programas Operacionais Financiadores.....	8
18. Organismos Intermédios responsáveis pela análise.....	8
19. Divulgação de resultados e pontos de contacto.....	8
Anexo A - Centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes	9
Anexo B - Critérios de seleção das candidaturas.....	10
Anexo C - Documentação obrigatória para instrução da candidatura	13
Anexo D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas	17

Preâmbulo

Na sequência da aprovação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), apresentados para os centros urbanos estruturantes identificados no Anexo A, encontram-se criadas as condições para acolher operações enquadradas nos PEDU aprovados e na Prioridade de Investimento (P.I.) 4.5 (4e) do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (Centro 2020) e identificadas no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS).

As estratégias territoriais de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade urbana constituem um contributo fundamental para a promoção de um ambiente urbano com baixa emissão de carbono, traduzindo-se na elaboração e implementação de planos integrados de mobilidade sustentável, observando os princípios comunitários de integração de intervenções.

Tendo em consideração que a reprogramação do Programa Operacional permitiu afectar recursos a iniciativas ligadas à P.I. 4.5 (4e) e que os PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), submetidos no âmbito do Aviso Centro-06-2015-02, se encontram aprovados, e com o objetivo de promover o investimento em ações estratégicas e inovadoras de baixo teor de carbono, considerou-se ser oportuno promover o lançamento de aviso para submissão de operações na prioridade de investimento 4.5 (4e) do Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES) do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (POR).

A organização das acessibilidade e gestão dos diferentes modos de mobilidade requer a integração de requisitos que salvaguardem as necessidades específicas de pessoas com mobilidade condicionada. Neste sentido, considera-se essencial promover o investimento em soluções, serviços e equipamentos que, além de respeitarem requisitos de acessibilidade previstos nas normas técnicas de acessibilidade, potenciem o aumento do grau de independência e autonomia de pessoas algum tipo de incapacidade física, sensorial, cognitiva e de comunicação (ex. bilhética e equipamentos e sistema de informação aos cidadãos).

O artigo 16º das regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e pelo Decreto-Lei nº 88/2018, de 6 de novembro, estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento de concurso.

Nestes termos, foi elaborado o presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas no âmbito da secção 9 – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável”), aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro e alterações subsequentes.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O presente aviso tem como objetivo o lançamento de concurso para a seleção de operações enquadradas no âmbito dos PAMUS aprovados e enquadradas na P.I. 4.5 (4e) - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 9 – Reforçar a rede urbana (Cidades), estando associada ao objetivo temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

Os Planos de Ação (PA) aqui referidos são uma das componentes dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

O Centro 2020 define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior.

Por sua vez, na secção 9 do RESEUR, o artigo 65º estabelece que os apoios têm como objetivo específico “o desenvolvimento de planos de mobilidade e intervenções na área da mobilidade sustentável, para a promoção da eficiência energética, tendo por objetivo a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e a promoção da competitividade dos transportes públicos face ao transporte individual”.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

2.1. São suscetíveis de apoio, no âmbito do presente aviso de concurso, as intervenções que se enquadrem nas seguintes tipologias de investimento:

- a) Reforço da integração tarifária multimodal para os transportes públicos e melhoria das soluções de bilhética integrada [Art.º 66 alínea c) RE SEUR];
- b) Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real [Art.º 66 alínea d) e h) RE SEUR];
- c) Melhoria da rede de interfaces dos transportes públicos coletivos de passageiros em meio urbano, incluindo intervenções em estacionamento (quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e, simultaneamente, na periferia de centros urbanos) [Art.º 66 alínea e) RE SEUR]), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em vista o reforço da utilização do transporte público urbano coletivo de passageiros e dos respetivos modos suaves [Art.º 66 alínea i) RE SEUR];

2.2. As candidaturas são apresentadas individualmente por cada uma das entidades beneficiárias previstas no ponto 3.

3. Entidades beneficiárias

Podem apresentar candidaturas as Entidades públicas (Municípios) dos Centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes constantes do Anexo A ao presente aviso.

4. Área geográfica de aplicação

O presente aviso de concurso tem aplicação na NUTS II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro, especificamente nas áreas de intervenção definidas nos PEDU e respetivos PAMUS dos centros urbanos identificados no Anexo A.

5. Condições específicas de acesso deste aviso

5.1. Aplicam-se ao presente aviso as condições de acesso previstas nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, bem como os critérios de elegibilidade definidos na respetiva regulamentação específica, prevista para a P.I. 4.5 (4e) – Mobilidade urbana: artigos 5.º e 6.º do RESEUR;

5.2 O Grau de maturidade dos investimentos, à data de submissão da candidatura, e tendo por referência a componente principal do investimento, deve ser:

- No caso de infraestruturas, a aprovação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades), com a respetiva deliberação de abertura de procedimento da(s) empreitada(s);
- Nos restantes casos, a aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento, com respetiva deliberação de abertura de procedimento;

5.3 O promotor ter perfeito conhecimento (declarando) de que dispõe de 30 dias úteis, (após assinatura do termo de aceitação, para publicitar o procedimento de adjudicação da componente principal da candidatura em DR (ou, nos casos aplicáveis, enviar os convites), sob pena de revogação do apoio;

5.4 A operação a candidatar deverá estar incluída na componente do PAMUS aprovado, sendo apoiadas as intervenções definidas e identificadas nos respetivos contratos/adendas em vigor.

5.5 As operações não podem estar materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura, nos termos do previsto no ponto 6, do artigo 65º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 de 17 de dezembro de 2013.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

6.1 Aplicam-se ao presente aviso as regras e limites de elegibilidade das despesas previstas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, bem como as definidas na respetiva regulamentação específica para a P.I. 4.5 (4e) – Mobilidade urbana: artigos 7.º do RESEUR;

6.2 No presente aviso de concurso são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/2014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente, desde que respeitem a condição estipulada no ponto 5.5.

6.3 Para além da avaliação que, em cada caso, a Autoridade de Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados.

6.4 No caso de projetos geradores de receita líquida, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, de acordo com o artigo 61.º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013.

6.5 A Autoridade de Gestão adota limiares de despesa para os documentos de despesa em conformidade com o previsto na Orientação de Gestão n.º 2/2019 (Revisão n.º 1 da OG n.º 1/2018), no caso em apreço destaca-se, entre outros, que só serão aceites documentos de despesa cujo valor elegível seja igual ou superior a 100,00€, para os documentos de despesa a incluir nos pedidos de pagamento (custos reais) a submeter.

7. Critérios de seleção das candidaturas

7.1 As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito absoluto, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e com o artigo 9º do RESEUR.

7.2 O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Centro 2020 e detalhados no Anexo B.

O MP é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

Grupo/Tipologia de operação	Mérito do projeto
Aplicações de sistemas de transportes inteligentes [alínea c) d) h) e i) do n.º1 Art.66º];	$MO = 0,20 A + 0,25 B1 + 0,10 B2 + 0,10 B3 + 0,15 B4.1 + 0,2 C$
Transportes Públicos de Passageiro [alínea e) do n.º1 Art.66º]	$MO = 0,20 A + 0,25 B1 + 0,15 B2 + 0,10 B3 + 0,10 B4.2 + 0,2 C$

7.3 Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida.

7.4 Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida.

7.5 A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

7.6 Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3.

7.7 Conjuntamente com o presente aviso é disponibilizado o documento de Referencial de Análise de Mérito do Projeto.

8. Limite ao número de candidaturas

Não aplicável.

9. Taxas de financiamento

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do Regulamento Específico “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

10. Forma dos apoios

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a forma não reembolsável.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.Portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Centro 2020.

A candidatura deverá igualmente ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo C a este aviso ou, em alternativa, deverá ser indicado o respetivo *link* de acesso.

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data da publicação do presente aviso e as 17:59:59 horas do dia 30 de abril de 2021.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A apresentação de candidaturas será efetuada em contínuo até 30 de abril de 2021. A respetiva decisão será efetuada num prazo de 45 dias úteis.

A data limite para a decisão ser proferida pela Autoridade de Gestão e notificada ao beneficiário observa o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e aplica-se a cada uma das fases atrás referidas.

O prazo máximo para a decisão das candidaturas ser proferida não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, e a resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

A não apresentação pelo candidato dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, no prazo de 10 dias úteis, significará a não aprovação da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, os candidatos poderão ainda ser ouvidos no procedimento de audiência prévia, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações contrárias, contados a partir da data da receção da referida notificação.

No Anexo D apresenta-se o diagrama ilustrativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.

13. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão.

14. Prazo de Execução das Operações

A data limite para execução das operações será 30/06/2023.

15. Dotação indicativa do fundo a conceder

15.1 A dotação indicativa do FEDER no âmbito do presente aviso de concurso, é de 9.339.813,08 euros (nove milhões trezentos e trinta e nove mil e oito cêntimos).

15.2 A dotação individual máxima, por Município, encontra-se no anexo A.

16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado a alcançar

As candidaturas a financiar deverão contribuir para os seguintes indicadores de realização previstos no Centro 2020 para a P.I. 4.5 (4e):

Indicadores de realização e de resultados do PO		
Indicadores de resultado	Meta 2023	
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton co2)	3.494.862,00	
Indicadores Complementares		
Designação	Tipologia	Unidade
Sistemas de gestão e informação implementados	c), d), h) e i) Art.º 66 RE SEUR	n.º
Interfaces dos transportes públicos coletivos de passageiros em meio urbano melhorados	e) Art.º 66 RE SEUR	n.º

Estes indicadores serão objeto de contratualização e monitorização para as candidaturas a apoiar no âmbito deste aviso.

17. Programas Operacionais Financiadores

O cofinanciamento das candidaturas a apoiar no âmbito deste aviso de concurso é assegurado pelo Centro 2020.

18. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

O cumprimento das condições específicas supra referidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão, ou pelos Organismos Intermédios (AU/CIM), no âmbito de delegação de competências.

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal do Centro 2020 (www.centro2020.pt) e no Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora.
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso.
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais.
- d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 12 de fevereiro de 2021

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Isabel Damasceno

Anexo A - Centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes

PEDU	Dotação a Concurso
ABRANTES	308.800,95 €
AGUEDA	325.287,78 €
ALCOBAÇA	331.306,78 €
AVEIRO	518.157,52 €
CALDAS DA RAINHA	274.780,50 €
CASTELO BRANCO	326.857,95 €
COIMBRA	884.531,52 €
COVILHA	310.109,42 €
ENTRONCAMENTO	235.526,14 €
FIGUEIRA DA FOZ	345.438,35 €
FUNDÃO	199.483,51 €
GOUVEIA	175.336,13 €
GUARDA	334.970,52 €
ÍLHAVO	251.227,89 €
LEIRIA	740.598,88 €
MANGUALDE	248.610,93 €
MARINHA GRANDE	214.114,68 €
NAZARÉ	176.466,18 €
OBIDOS	181.878,52 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	256.461,80 €
OURÉM	256.937,61 €
OVAR	281.322,90 €
PENICHE	225.058,32 €
POMBAL	261.695,72 €
TOMAR	235.526,15 €
TONDELA	193.654,83 €
TORRES NOVAS	235.526,14 €
TORRES VEDRAS	486.754,03 €
Viseu	523.391,43 €
Total Geral	9.339.813,08 €

Anexo B - Critérios de seleção das candidaturas

Os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do Centro 2020 obedecem aos seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia	Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe.
B. Adequação à Estratégia	Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e setorial relevantes.
C. Eficiência e Sustentabilidade	Avalia a operação na perspectiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira).
D. Abordagem Integrada	Nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspectiva do seu efeito de articulação, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais e comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias, quer ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

Para cada uma das categorias, o Comité de Acompanhamento do Centro 2020 definiu os seguintes critérios de seleção que se aplicam a todas as tipologias de operação previstas neste aviso:

Tipologias previstas no Art. 66º, Ponto 1, alíneas c), d) h) e i) da Portaria 57-B/2015

Categoria	Critérios de seleção	Valoração		Ponderação
Eficiência e Sustentabilidade	Racionalidade económica das ações objeto de apoio, avaliada através do rácio entre o investimento e a redução de consumo (tep) decorrente da implementação da operação	Muito Elevado	5	20% - 40%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
Eficácia	Contributo das ações previstas na operação para as metas fixadas nos indicadores de resultado definidos para a Prioridade de Investimento, avaliado através do potencial de redução de gases com efeito de estufa evidenciado pela operação	Muito Elevado	5	20% - 40%
	Contributo das ações previstas na operação para os objetivos específicos definidos para a Prioridade de Investimento do PO Regional, avaliado através de: a) Número de quilómetros de via dedicadas à mobilidade suave (ciclovias ou vias pedonais); b) Nível de estruturação de corredores urbanos de procura elevada ou da melhoria da qualidade dos interfaces de transportes urbanos públicos coletivos.	Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
	Contributo para a atratividade, a saúde pública e a qualidade de vida em meio urbano, avaliado em termos de população potencialmente abrangida por uma redução dos níveis de ruído e de emissões de gases poluentes	Muito Elevado	5	10% - 20%
	Contributo para a integração tarifária e para a informação ao passageiro do transporte público coletivo de passageiros, avaliado em termos do nível de integração tarifária e de disponibilidade de informação ao passageiro do transporte público coletivo de passageiros	Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
Abordagem Integrada	Âmbito territorial da operação, avaliado através da cobertura geográfica da intervenção (da maior pontuação para a menor) [Intermunicipal; Municipal; Inframunicipal; Local (artéria, via ou caminho)]	Muito Elevado	5	20% - 30%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	

Tipologias previstas no Art. 66º, Ponto 1, alíneas e) da Portaria 57-B/2015

Categoria	CrITÉrios de seleÇão	Valoração		Ponderação
Eficiência e Sustentabilidade	Racionalidade econ�mica das ações objeto de apoio, avaliada através do rácio entre o investimento e a redução de consumo (tep) decorrente da implementação da operação	Muito Elevado	5	20% - 40%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
Eficácia	Contributo das ações previstas na operação para as metas fixadas nos indicadores de resultado definidos para a Prioridade de Investimento, avaliado através do potencial de redução de gases com efeito de estufa evidenciado pela operação	Muito Elevado	5	20% - 40%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
	Contributo das ações previstas na operação para os objetivos específicos definidos para a Prioridade de Investimento do PO Regional, avaliado através do: a) Número de quil�metros de via dedicadas à mobilidade suave (ciclovias ou vias pedonais); b) Nível de estruturação de corredores urbanos de procura elevada ou da melhoria da qualidade dos interfaces de transportes urbanos públicos coletivos.	Muito Elevado	5	10% - 20%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
	Contributo para a atratividade, a saúde pública e a qualidade de vida em meio urbano, avaliado em termos de população potencialmente abrangida por uma redução dos níveis de ruído e de emissões de gases poluentes	Muito Elevado	5	10% - 20%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
	Contributo para o reforço da oferta de transporte público coletivo de passageiros e para a integração de todos os modos, avaliado em termos de potencial aumento da quota de mobilidade não motorizada, designadamente, transporte público coletivo de passageiros e de modos suaves	Muito Elevado	5	10% - 20%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
Abordagem Integrada	âmbito territorial da operação, avaliado através da cobertura geográfica da intervenção (da maior pontuação para a menor) [Intermunicipal; Municipal; Inframunicipal; Local (artéria, via ou caminho)]	Muito Elevado	5	20% - 30%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	

Anexo C – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b) Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c) Calendário de realização física e financeira.
 - d) Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e) Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável (modelo em anexo ao presente aviso).
 - f) Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável (modelo em anexo ao presente aviso).
 - g) Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - h) Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - i) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea l) do artigo 5º do RESEUR.
2. Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no Aviso, nomeadamente:
 - a) No caso de infraestruturas - apresentação de evidência de aprovação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades), com a respetiva deliberação de abertura de procedimento da(s) empreitada(s);
 - b) Nos restantes casos - apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento, com respetiva deliberação de abertura de procedimento;
3. Informação técnica detalhada dos serviços camarários, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.

4. Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:
 - a) Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.
 - b) Domínio Hídrico.
 - c) Avaliação de Impacte Ambiental.
 - d) Pareceres setoriais (aplicáveis a cada operação face à Prioridade de Investimento respetiva).
 - e) Outra documentação específica decorrente do aviso.
 - f) Parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
5. Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável. Não aplicável aos projetos cujo promotor é o Município).
6. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).
7. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
8. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
9. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional, através da apresentação de:
 - a) Memória descritiva e justificativa dos valores constantes do mapa do apuramento do défice de financiamento, fundamentando os mesmos, incluindo um Plano de Gestão e Exploração que inclua informação sobre os respetivos recursos humanos envolvidos, receitas, assim como a forma como ficam assegurados os respetivos custos de manutenção e exploração.
 - b) Quadro síntese atualizado das receitas e custos estimadas, desagregado por tipologia, depois da implementação do projeto, incluindo projeção de receitas e custos para os anos posteriores.
 - c) O quadro do apuramento do défice de financiamento (modelo em anexo ao presente aviso), deverá ser apresentado em formato “excel” editável, e o seu preenchimento deverá ser baseado nos seguintes pressupostos:
 - Os custos e as receitas apurados devem refletir uma análise incremental, devendo constar somente os acréscimos provenientes da realização da operação proposta, isto é, não deverão ser considerados custos/receitas preexistentes.

- A evolução das receitas e dos custos deverá ser realizada a preços constantes (taxa de inflação = 0%).

- O período de referência a considerar para efeitos de apuramento do défice será, em regra de 15 anos após a conclusão do investimento, salvo exceções decorrentes da tipologia de infraestrutura.

10. Comprovativo do enquadramento do beneficiário e da operação em termos de IVA.
11. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
12. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.
13. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e do RESEUR.
14. No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá ser apresentada a seguinte documentação comprovativa:
 - a) Relação direta entre o imóvel e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa.
 - b) Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.
 - c) Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
15. No caso da reabilitação de imóveis, documento comprovativo da idade do imóvel a intervencionar ou relatório do nível de conservação do imóvel.
16. Declaração de compromisso, assinada por quem possa vincular a Entidade, que ateste o enquadramento do projeto e cumprimento do previsto no PAMUS.
17. Declaração de compromisso, assinada por quem possa vincular a Entidade, em como não tem salários em atraso reportados à data de apresentação da candidatura ou até ao momento de assinatura do termo de aceitação.
18. Check-list de verificação dos procedimentos contratuais (modelos em anexo ao presente aviso) já concluídos (com upload dos respetivos documentos de suporte no módulo de contratos do

Balcão2020 – disponível após submissão da candidatura) ou iniciados (com upload dos respetivos documentos de suporte já existentes, em anexo ao formulário de candidatura);

19. Check-list de verificação das Regras Ambientais devidamente preenchida (modelo em anexo ao presente aviso).
20. Check-list de “Igualdade de Oportunidades” devidamente preenchida (modelo em anexo ao presente aviso).
21. Declaração de Compromisso do TOC/ROC/Responsável Financeiro (modelo em anexo ao presente aviso).
22. Declaração de Compromisso do Beneficiário (modelo em anexo ao presente aviso).
23. Planta de localização da intervenção, a uma escala adequada e devidamente legendada.
24. Síntese descritiva e justificativa que evidencie o cumprimento do disposto no n.º 4 do Artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.
25. Declaração de Compromisso prevista no Ponto 5.3 do Aviso, assinada por quem possa vincular a Entidade, em como tem perfeito conhecimento de que dispõe de 30 dias úteis, (após assinatura do termo de aceitação, para publicitar o procedimento de adjudicação da componente principal da candidatura em DR (ou, nos casos aplicáveis, enviar os convites), sob pena de revogação do apoio;
26. Síntese declarativa e justificativa de que a intervenção proposta (em todas as suas componentes, designadamente: intervenções físicas, equipamentos adquiridos ou requalificados, meios digitais, meios multimédia, materiais e conteúdos, entre outros), cumpre todos os diplomas, e normas técnicas de acessibilidades, detalhando igualmente as soluções que, embora não estando definidas no enquadramento jurídico obrigatório atualmente em vigor, configurem melhorias significativas em termos de acessibilidades físicas, comunicacionais e de informação.

Orientações/ Documentos de Suporte/ Modelos de Documentos

(Documentos disponíveis em anexo ao Aviso no Balcão 2020)

- 1) Quadro Défice de financiamento (Anexo 4d (...))
- 2) Checklist de verificação das Regras Ambientais, OT e Licenciamento (Anexo 9a (...))
- 3) Checklist de Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas (Anexo 37 (...))
- 4) Declaração de Compromisso do TOC/ROC/Responsável Financeiro (Anexo4b (...))
- 5) Declaração de Compromisso do Beneficiário (Anexo4c (...))

- 6) Checklist de verificação dos procedimentos contratuais do Beneficiário (Proc. Anteriores a 01.01.2018)
- 7) Checklist de verificação dos procedimentos contratuais do Beneficiário (Proc. Posteriores a 01.01.2018)
- 8) Modelo_Orcamento_Global_Op
- 9) REFERENCIAL DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO

Anexo D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas

